

Direito da Infância e da Juventude

GRUPO II | Questões utilizadas na Prova Oral

21 de setembro de 2026

Manhã | Ponto 6 | Questão 06

Um adolescente em cumprimento de liberdade assistida por ato infracional leve deixa de comparecer aos atendimentos obrigatórios. Sua família, por outro lado, resiste a matricular o adolescente e seu irmão de 5 anos na escola e a levá-los a consultas médicas de rotina, apesar de reiteradas orientações do Conselho Tutelar.

- a) O descumprimento da liberdade assistida gera, automaticamente, a conversão em internação?
- b) Que medida o Ministério Público pode adotar contra os pais que resistem a matricular e cuidar da saúde dos filhos?
- c) Como a legislação protege o direito à educação e à saúde nesse cenário, sobretudo havendo criança pequena na família?

Tarde | Ponto 7 | Questão 07

Um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação denuncia maus-tratos sofridos na própria unidade, e o Promotor da Infância avalia as providências cabíveis. Em casa, sua irmã mais nova, ainda criança, é identificada pelo Conselho Tutelar como vítima de violência doméstica praticada pelo padrasto — quadro que se agravou, segundo relatos, desde que o irmão mais velho deixou de estar por perto.

- a) Qual juízo é competente para apurar os fatos ligados à medida socioeducativa, e qual o papel do Ministério Público (MP) nesse processo?
- b) Que mecanismo o MP pode usar para fiscalizar a unidade de internação e apurar os maus-tratos relatados?
- c) Diante da violência doméstica sofrida pela criança, que medidas protetivas de urgência podem ser adotadas, e por quem?

22 de setembro de 2026

Manhã | Ponto 4 | Questão 04

Um adolescente pratica ato infracional análogo à lesão corporal, e o Ministério Público (MP) avalia os caminhos cabíveis. Sua irmã mais nova está em acolhimento institucional numa entidade financiada com recursos do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), e é em visita de rotina a essa entidade que o Promotor da Infância constata irregularidades graves na prestação do serviço.

- a) Diante da prática desse ato infracional análogo à lesão corporal, quais os caminhos possíveis para o MP, e a remissão poderia ser oferecida nesse caso?
- b) Que medidas o MP pode adotar ao constatar irregularidades graves na entidade de acolhimento?
- c) Sendo a entidade financiada pelo FIA, a quem cabe a gestão desse Fundo, e o que cabe ao MP fiscalizar nesse ponto?

Tarde | Ponto 2 | Questão 02

Após reiteradas agressões físicas praticadas pelo padrasto, uma adolescente de 15 anos revela o ocorrido na escola e é encaminhada ao Ministério Público. A mãe se recusa a afastar o companheiro do lar, e o MP passa a avaliar a suspensão do poder familiar dela e o encaminhamento da adolescente aos avós (família extensa). Seu irmão mais velho, por sua vez, cumpre internação por ato infracional análogo a tráfico de drogas, e a defesa pede a revisão da medida por ausência de violência ou grave ameaça.

- a) Como deve ser colhido o relato da adolescente vítima, e o que diferencia esse procedimento da escuta especializada?
- b) Diante da recusa da mãe em afastar o agressor do lar, que providência pode ser adotada quanto ao poder familiar dela? A colocação da adolescente com os avós pode ocorrer sem ouvi-la?
- c) A prática de ato infracional análogo ao tráfico de drogas, por si só, autoriza a aplicação ou a manutenção da internação do irmão?